



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 29/2018

Proposio : Projeto de Lei n 13/2018
Autoria : Executivo
Assunto : Fixa o valor mínimo para o ajuizamento da Execuo Fiscal objetivando a cobrança de dvida ativa, implementa a notificao e protesto extrajudicial, para o recebimento de créditos de qualquer natureza devidos à Fazenda Pública Municipal, e dá outras providências, como especifica.

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuies legais,

A P R O V A:

Art. 1. Ficam fixados como patamar mínimo para o ajuizamento de execues fiscais pelo Município, os seguintes valores consolidados:

I - para cobrança de créditos tributários oriundos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas diversas – 20 UFM’s;

II - para cobrança de créditos tributários oriundos dos demais impostos ou de obrigaes acessórias ou não tributários, de qualquer espécie ou natureza – 20 UFM’s;

 1. Para fins de aplicao desta Lei, considera-se valor consolidado o resultante da atualizao do respectivo débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais até a data da apurao.

 2. Na hipótese de débitos da mesma natureza de um mesmo devedor constarem em Certidões de Dvida Ativa diversas, os valores serão somados para verificao dos limites definidos neste artigo.

 3. Os valores fixados neste artigo serão corrigidos anualmente pelo ndice de atualizao monetária adotado pelo Município.

Art. 2. Observadas as demais normas e diretrizes constantes desta Lei, fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a não ajuizar aes de execuo para cobrança de débitos de valores iguais ou inferiores àqueles indicados no artigo anterior.

Art. 3. Para fins de cumprimento desta Lei e objetivando a definio de competências, os créditos municipais dividem-se em:

I - Dvida Administrativa.

II - Dvida Ativa Não Ajuizada.

III - Dvida Ativa Ajuizada.

 1. Constituem dvida administrativa os créditos de natureza tributária ou não, decorrentes de obrigaes vencidas de qualquer



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

origem ou modalidade, em fase de cobrança amigável, ainda não inscritos em dvida ativa.

 2. Constituem dvida ativa não ajuizada os créditos de natureza tributária ou não, regularmente inscritos em dvida ativa, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento por lei ou por decisão final proferida em processo regular.

 3. Constituem dvida ativa ajuizada os créditos de natureza tributária ou não, após a distribuio da ao de execuo fiscal, nos termos da Lei Federal não 6.830/80.

Art. 4. A cobrança da dvida administrativa  de competência da Secretaria Municipal de Finanças que deverá adotar todas as providências necessárias para esse fim.

Parágrafo nico. A dvida ativa não ajuizada poderá ser protestada, independentemente de seu valor.

Art. 5. A cobrança judicial de créditos do Município inscritos em dvida ativa e lançados em Certidão de Dvida Ativa, será efetuada pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 6. A Secretaria Municipal de Finanças encaminhará para a Procuradoria Geral do Município as Certidões de Dvida Ativa para que sejam adotadas as providências cabíveis para a cobrança judicial, com antecedência de até, no mínimo, seis meses antes da data prevista para prescrio, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 7. Fica o Município autorizado a firmar convênios, onerosos ou não, com entidades de proteo do crédito, bem como para fins de protesto da dvida ativa.

Art. 8. A Procuradoria Geral do Município fica autorizada a requerer desistência das aes de execuo fiscal, sem ônus para as partes, nos casos de processos ajuizados há mais de 5 anos, cujo valor do débito corrigido seja o estabelecido nos incisos I e II do artigo 1 desta Lei, cujo executado não tenha sido localizado para citao ou que não tenham sido localizados bens passíveis de penhora, após tentativa de bloqueio de ativos financeiros, veículos, indisponibilizao de bens e consulta de situao de inscrio e declarao de bens perante a Receita Federal do Brasil, tudo devidamente comprovado nos autos do processo judicial.

Art. 9. A Secretaria Municipal de Finanças efetuar o protesto da dvida ativa, sempre, antes da execuo judicial, de acordo com as disposies estabelecidas em regulamento.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Guar/SP, 21 de agosto de 2018.

3

Fabiana Junqueira Seribeli
Presidente

Regina Rodrigues Coelho
1 Secretária

Abílio Mateus Borges
2 Secretário